

Coivara cabana: a Mata Norte da Província das Alagoas e a Colônia Militar Leopoldina pós-Guerra dos Cabanos

Coivara cabana: the Mata Norte of the Province of Alagoas and the Colônia Militar Leopoldina after the Cabanos War

Alex Rolim Machado 

Doutor em História
Universidade Estadual de Alagoas, Brasil
arolimm@hotmail.com

SILVA, Amaro Hélio Leite da. **A pacificação das matas cabanas: Colônia Militar Leopoldina (1851-1867)**. Arapiraca, AL: Eduneal, 2025.

A historiografia das revoltas populares no Brasil – da Colônia à República – é rica em interpretações, problematizações e narrativas. Histórias de quilombos, de resistências indígenas, dos empobrecidos e despossuídos, da classe operária, entre tantos outros, ainda sustentam comentários e disputas na academia, na cultura cotidiana e, em tempos modernos, nas redes sociais. Dessa historiografia, é relevante a ênfase que cientistas sociais despendem a momentos de ruptura da ordem, sinônimo de revoluções ou, pelo menos, confrontos abertos.

No entanto, outra manifestação historiográfica igualmente aparece, sendo contraparte dessa escrita da história das revoltas e revoluções: a ausência da narrativa histórica pós-acontecimento/evento como continuidade dialética. Em outras palavras, estamos conformados em demasia a inserir rupturas bruscas e encerramentos oficiais e artificiais em acontecimentos cujas consequências permanecem ainda tempos a fio. Dois exemplos são ilustrativos dessa problemática: é comum encerrarmos a história do Quilombo dos Palmares com a morte de Zumbi; da mesma feita, algumas leituras rápidas levam a crer que o fenômeno do cangaço acaba com a morte de Lampião.

Esse tipo de incômodo não pertence somente ao ambiente historiográfico e acadêmico brasileiro. As ausências igualmente são sentidas em produções regionais e locais. É sintomática a indagação do jornalista Ênio Lins, ditas a Dirceu Lindoso, e reescritas em seu **Razão Quilombola**: “o que se passava, gostaria muito de saber, com esse povo Papa-mel nessas matas de Alagoas Boreal, desde o fim do Quilombo dos Palmares até a Guerra dos Cabanos?”. A



<https://doi.org/10.28998/rchv17.n33.2026.0008>

Artigo publicado sob a [Licença Creative Commons 4.0](#)

Submetido em: 28/12/2025

Aceito em: 23/06/2026

Publicado: 31/07/2026

e-Location: 20431

partir dessa indagação, considera-se que o pós-evento, portanto, não se inicia e se encerra nas escritas científicas (apesar de elas serem cientificamente conduzidas, como bem ensinou Lucien Febvre). As ausências historiográficas são demandas sociais de um povo ávido por sua história.

Orientado por essa perspectiva, que nasce de uma demanda social, foi publicado recentemente o livro de Amaro Hélio Leite da Silva: **A pacificação das matas cabanas: Colônia Militar Leopoldina (1851-1867)**. Sem citar a conversa de Ênio Lins e Dirceu Lindoso, Amaro Silva retoma o questionamento da história e a reescreve: o que teria se passado com o povo Papa-mel, após finda a Guerra dos Cabanos, com a prisão de Vicente de Paula, em 1850? Signatário dos ensinamentos de Dirceu Lindoso e Sávio Almeida, o autor, então, trata da história de como o poder senhorial se apoderou das matas do norte da Província de Alagoas, ao término da Guerra dos Cabanos e de como sua contraparte classista, na figura dos indígenas aldeados, quilombolas e pobres despossuídos, disputou os espaços da mata e da região para fazerem valer suas existências e resistências.

Dessa maneira, um melhor entendimento do caminho percorrido por Amaro Silva só é possível se o leitor e a leitora usar as lentes da história pela luta de classes, lida a contrapelo, através dos passos e ações dos derrotados, como bem nos lembrou Walter Benjamin em suas teses sobre a história. Relações de classe essas que não abstraem a conjunção com a questão racial, que permeava a cultura política. Amaro Leite da Silva, nesse quesito, não titubeia e usa, com responsabilidade e segurança, as denominações “indígenas”, “negros”, “quilombolas”, “brancos pobres”, “cabanos” e “mestiços” em seus momentos oportunos, sem necessariamente seguir cegamente os discursos coevos, e sim problematizando como os senhores do poder viam as gentes das matas.

A historiografia alagoana e pernambucana encontra-se bem servida de leituras e interpretações acerca do acontecimento denominado Guerra dos Cabanos, iniciada na década de 1830, como uma revolta elitista, e que, em pouco tempo, transformou-se em revolta popular, durando, assim, até 1850. Amaro Leite Silva, herdeiro dessa tradição e de um de seus principais pesquisadores – o historiador Luiz Sávio de Almeida –, dá um passo adiante na história dos cabanos (e não mais da “cabanada”) com o seguinte mote de pesquisa: o que teria ocorrido com os espaços da Mata Norte da Província de Alagoas no período de encerramento da guerra? Ou, para parafrasear seu título: como se deu a pacificação das matas cabanas?

Com esse mote de pesquisa, Amaro Leite da Silva insere-se em uma historiografia de Alagoas oitocentista que muito tem contribuído para entendermos a constituição da Província

das Alagoas, em suas relações de poder, economias, culturas, revoltas e movimentos populares. O autor parte do projeto imperial de construção de colônias militares, com ênfase na elevação da Colônia Militar Leopoldina, para contextualizar o cotidiano pós-guerra dos cabanos – mas ainda cabano. Para Silva, em vez de lermos a elevação de espaços militarizados como um encerramento circunscrito ao local e em um recorte delimitado de tempo, devemos atentar às movimentações sociais históricas, que nos abrem um leque de passagens para o entendimento da história da Província das Alagoas e do próprio projeto de Brasil como nação.

Assim sendo, é bem apresentado o argumento de que as matas não eram locais inóspitos, isolados e alienados do que acontecia ao seu redor. E, por lógica, a construção da Colônia Militar Leopoldina também não teria advindo sem influência das conjunturas econômica e política daquele momento histórico do Brasil Império. Em termos de geografia humana, o autor delimita as movimentações sociais naqueles espaços indígenas, palmarinos, mestiços e cabanos. No decorrer do livro, a todo instante, os relatórios dos senhores do poder (para podermos utilizar de uma denominação cara ao pesquisador: sociedade senhorial) nos dão a conhecer o estilo de vida das pessoas, suas angústias e seus anseios, bem como suas resistências às opressões e às repressões da classe dominante, como foram os casos dos moradores do Povoado do Cavaco e dos indígenas do Riacho do Mato. De espaço cabano, a figura dos indígenas e dos mestiços toma o palco histórico, reformulando imagens e caracterizações caras à historiografia. Afinal, aquela área que era, anteriormente, o Quilombo dos Palmares, complexificou-se etnicamente e racialmente. A Colônia Militar Leopoldina deve ser lida pela lente marxistas de autores como o próprio Karl Marx, mas também de historiadores como Edward P. Thompson e a do filósofo hegeliano-marxista Slavoj Žižek. Isto é, a Colônia Militar Leopoldina não era uma causa que criava consequências, mas era o sintoma (Žižek) de uma estrutura linear e lateral maior (Thompson), que oferece ao leitor um caminho para compreendermos o fazer-se (Thompson) social das gentes da Mata Norte de Alagoas em seu processo dialético produzido pelo modo de produção (Gorender) que atravessou os tempos coloniais e que persistiu no tempo do Império.

Da mesma feita, é de suma importância atentar para como Amaro Leite soube articular a vida cotidiana de Colônia Militar Leopoldina com os acontecimentos que a precederam, os quais se tornaram fundantes de uma espécie de identidade dos povos das matas, tanto pela égide da “síndrome do medo” (pensamento caro a Clóvis Moura e resgatado por Sávio Almeida) quanto pelos costumes e tradições formados e reformulados pelos moradores locais e colonos que foram postos a trabalho. Longe de figurar em seu livro como introduções ou preâmbulos,

as histórias dos quilombos remanescentes de Palmares, a guerra dos Cabanos e a Revolução Praieira atravessam os séculos e fazem morada no imaginário local nos tempos cabanos e pós-cabanos, participando dos discursos das autoridades antipovo, como momentos de um movimento (Hegel, Marx) que operava na dialética das durações (Braudel), uma vez que era um passado que não havia sido superado, pois a população de Colônia Militar Leopoldina ainda o vivenciava.

Em igual medida, a Colônia Militar Leopoldina formava sua história inserida em outros acontecimentos imperiais-provinciais os quais se conhece da pena de outros pesquisadores, como o caso da implementação da Lei do Registro Civil, Decreto 798, de 1 janeiro de 1852, conhecida popularmente como Lei do Cativo, que causou conflitos em espaços de toda a Província (Cícero Pércles de Carvalho; Sidney Chalhoub). Outros momentos foram os tempos da epidemia do cólera (Luiz Sávio de Almeida) e a famigerada Lei de Terras de 1850. Tais acontecimentos, resgatados por Amaro Leite da Silva, não foram vivenciados de forma passiva pelos habitantes de Colônia Militar Leopoldina. A Colônia Militar, estrutura física que interessava a agentes do Império do Brasil, bem como aos Governadores e aos políticos de Alagoas e Pernambuco, serve sociologicamente, na acepção de Bourdieu, de microcosmo estruturado, mas também como sociedade estabelecida cuja dinâmica econômico-social era estruturante da Província. Afinal, como “Colônia”, na definição de ocupar e cultivar (bem lembrada por Alfredo Bosi em seu **Dialética da Colonização**), as disputas pelas terras devolutas adquirem um tom provocativo sobre os limites do liberalismo, expondo, assim, como o regime da propriedade privada, o mito da meritocracia e a ilusão da liberdade, tão romantizada pelos atuais liberais e capitalistas brasileiros, foi construído sobre bases aristocráticas, racistas, excludentes e patrocinadas pelo Estado imperial e escravista. Compreender a história de Colônia Militar Leopoldina é um exercício de problematizar cientificamente as contradições e os aspectos das origens da desigualdade social e econômica do Brasil.

Em igual medida, o estudo aprofundado da obra evidencia um desconforto intelectual caro ao historiador: a noção do tempo, em suas concepções de continuidade, ruptura, linearidade, sincronia, longa duração, passagens (debate ainda hoje em voga, das leituras marxistas às foucaultianas-nietzschianas). Nesse sentido, a Colônia Militar Leopoldina encontra-se como ponto nevrálgico (porque causa da “dor” quando se põe em movimento) desse tempo longo e da mudança para novos tempos. Sua inserção, entre 1851 e 1867, traz-nos algumas linhas de pensamento.

A primeira linha é a observação da relação histórica linear, como bem definiu Thompson e Clóvis Moura, (isto é, diacrônica) entre a Colônia Militar Leopoldina e os antigos Arraiais Militares dos tempos coloniais. Sabe-se que ambas as estruturas têm especificidades em suas dinâmicas, gentes, motivações e organizações. Porém, o cotidiano e a sua origem, a partir da leitura e do estudo de seu fazer-se social, parecem distorcer a linha temporal, transformando-a em uma sanfona, que aperta – fazendo os extremos se tocarem – e estica – separando aquilo que não se deve juntar. O autor contorna esse desconforto de um futuro que repete o passado a partir da chave interpretativa hegeliano-marxista de observação da sociedade e do modo de produção que gera essa dinâmica histórica: a sociedade senhorial, em torno de seu “modo de produção escravista/senhorial”, como bem historiou Jacob Gorender e Clóvis Moura. Igual linha de raciocínio é utilizada por Amaro Silva para compreender a questão do liberalismo aristocrático/conservador no que tange à questão das terras em Colônia Militar Leopoldina, denunciando, assim, as contradições do liberalismo *à la* brasileira (importa ressaltar que a provocação do autor resgata outro tema caro da historiografia brasileira, “inaugurada” por Sérgio Buarque de Holanda em seu célebre ensaio introdutório da parte dedicada ao período imperial em sua **História Geral da Civilização Brasileira**).

As segunda e terceira linhas de raciocínio são traçadas por Amaro Silva em momentos diferentes do livro, e que estão relacionadas às passagens dos novos tempos que advinham daquela segunda metade de século. Uma foi a questão em relação à passagem dos tipos de economia de favores que caracterizavam as relações sociais do Brasil entre os séculos XVIII e XIX para início do XX: a do Dom, própria de sociedade de Antigo Regime, e a dos Coronéis, comum no Brasil no início da República. Para o autor, o caso de Colônia Militar Leopoldina ajuda-nos a problematizar esse momento de mudanças das relações clientelares e de suas dinâmicas. A transformação, nesse caso, não seria brusca, mas construída dentro de uma ordem constituída, como uma gênese no processo dialético que Walter Benjamin colocou como “origem”, mas que não ignorava a “aufheben” (dialética) hegeliana no triplo movimento de descartar, conservar e elevar a algo novo.

Em outro momento de seu livro, Amaro Silva traz os projetos de encerramento da Colônia como militar e de orientação agrícola, para uma nova, de caráter industrial. Naquele momento histórico, o objetivo era preparar as áreas e as gentes da Mata Norte da Província de Alagoas para a transição do trabalho escravizado para o livre, em consonância com uma economia de orientação industrial-capitalista. Todavia, não seria indelicado de nossa parte

adiantar ao leitor que tal projeto não logrou sucesso. Contudo, as motivações e os discursos têm muito a dizer sobre o desenvolvimento do capitalismo e do liberalismo em terras brasileiras nas décadas seguintes.

O livro, portanto, torna-se, desde já, um exemplo de que a história de revoltas, finda com os acertos políticos ou extermínio daqueles considerados “inimigos”, não se encerra apenas em descontinuidades e rupturas abruptas. O autor demonstra que a continuidade, sem ignorar suas especificidades históricas, era uma tendência nos interiores da Província das Alagoas. A linha tênue que aparece nos estudos pós-acontecimentos relevantes opera sempre nessa gangorra da continuidade-descontinuidade histórica.

Continuidade advinda do período colonial, com suas mudanças e nuances em tempos imperais e liberais: dos arraiais às Colônias; dos cabanos às gentes das matas; das aldeias indígenas rebeldes e dos quilombos ainda re-existent; dos chefes Vicente de Paula e Pedro Ivo para outras lideranças, como o Alferes Chiquinho, o pardo cativo Manoel Antônio, o “facínora” Galdino “de tal”, os anônimos – mas não menos relevantes – “moradores do Cavaco”, e o indígena Manoel Valetim dos Santos, considerado “um segundo Vicente [de Paula]”. Em contrapartida, as descontinuidades aparecem como situações de transição, de passagens, de origens, de supressões: da Economia do Dom para a Economia dos Coronéis; da entrega da terra e de sesmarias para a mercantilização dos terrenos; do trabalho escravo para o trabalho livre; e da agricultura para a indústria.

Essas continuidades e descontinuidades formam, por conseguinte, a amálgama denominada “gente das matas”, que não é generalista e nem isenta de conflitos, tornando-se relevante na constituição da sociedade alagoana naquela segunda metade do século XIX, como bem resumiu Amaro: “a Colônia [Militar Leopoldina] era reflexo de uma sociedade fundada no controle dos empobrecidos, na escravidão dos negros e na negação territorial dos indígenas”.